



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

EMPRESA: **ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA**
Processo: 06872/2024 (Flowdocs).

Processo Licitatório: 012400/2023

Referente ao:

PREGÃO Nº 021/2024

DATA DA ABERTURA: 20 de maio de 2024

HORÁRIO: 14:00

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço unitário, para REGISTRO DE PREÇO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.584 de 01 de dezembro de 2022, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 30/04/2024 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 01/05/2024, além de ficar disponível para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>) e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA** e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 14 de maio de 2024 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 06872/2024 (Flowdocs).

DO PEDIDO

Inicia a impugnação nos termos do artigo 164 da Lei 14.133/2021, quanto a tempestividade e legitimidade.

Em breve resumo, nos fundamentos da impugnação, a empresa impugna o prazo da entrega do objeto, conforme item 15.2.2 do edital, informando que a exigência de entrega em 10 (dez) dias corridos é irrazoável, somente os licitantes que estiverem aos arredores do Município terão direito a concorrer no presente processo licitatório. Haverá cerceamento de participação dos licitantes que estão situados fora da localidade do Município. Continua informando que "os princípios que regem as licitações públicas estão insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no artigo 11º da Lei nº 14.133/2021 com destaque à seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública".

Continua a empresa informando que existem várias Jurisprudências favoráveis, citando a Jurisprudência TCE-MG - DENÚNCIA: DEN 1012169 sobre o assunto, que diz: 3. O prazo de entrega não pode comprometer o caráter competitivo do certame, pois, o prazo exíguo,

indiretamente impõe uma limitação geográfica à localização das licitantes, restringindo o universo de participantes do certame. Alega a empresa que "Além de impossibilitar a participação de várias marcas disponíveis no certame, se houver restrição de participantes haverá o direcionamento a poucos concorrentes, ou a um único concorrente", além de informar o artigo 9º da Lei 14.133/21, que fala das vedações do agente público designado para atuar na área de licitações e contratos.

E, por fim, requer o acolhimento da presente impugnação bem como a alteração do prazo de entrega, a fim de garantir a transparência e legalidade do processo licitatório.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, com vistas ao Setor de Serviços em Eletricidade, para análise e pronunciamento, uma vez que a solicitação de impugnação refere-se à parte técnica, quem elaborou o Termo de referencia.

*** DA RESPOSTA SETOR DE SERVIÇOS EM ELETRICIDADE**

(...)

"Nada a opor quanto ao estender o prazo de entrega de 10 para 30 dias corridos".

*** DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

O processo foi enviado a Procuradoria Geral do Município para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue resposta abaixo:

(...)

"Considerando a manifestação do Chefe da Divisão de Serviços de Eletricidade no evento #3, bem como por não vislumbrar impedimento legal para tanto, opino pelo acolhimento da impugnação, alterando o prazo de entrega para 30 (trinta) dias".

Pelo exposto esta Pregoeira/Agente de Contratação:

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

Considerando o pedido de impugnação do Pregão Eletrônico nº 021/2024, apresentado pela empresa **ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA**, por meio do processo nº 06872/2024, o qual a empresa impugna o prazo da entrega do objeto, conforme item 15.2.2 do edital;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita

observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando o entendimento do Setor de Serviços em Eletricidade em nada a opor e estende o prazo de entrega de 10 para 30 dias corridos;

Considerando o entendimento da Procuradoria Geral do Município que não vislumbra impedimento legal para a alteração do prazo de entrega para 30 (trinta) dias e opina pelo acolhimento da impugnação;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que a alteração do prazo interfere diretamente na participação e competitividade dos licitantes, onde uma empresa com prazo para entrega em dez dias não participaria do certame, e, com prazo alterado para trinta dias não só a empresa impugnante poderia participar, como outras também;

Esta Pregoeira/Agente de Contratação opina pelo deferimento da impugnação interposta, informando que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o entendimento do Setor de Serviços em Eletricidade, bem como, do parecer da Procuradoria Geral do Município, opina pelo deferimento do pedido de impugnação, feito pela empresa **ESB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA**, razão pela que o Termo de Referência e Edital deverá ser alterado e o Pregão nº 021/2024 adiado e após os tramites necessários, remarcado com nova data e horário. Envio o processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê publicidade, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, bem como publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 27 de maio de 2024

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação